



COLÉGIO PEDRO II

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

1ª Edição

Andrey Damico Adorno Soares

Robson Costa de Castro

RELATÓRIO TÉCNICO

**CONJUNTO DE PROPOSTAS PARA O APRIMORAMENTO
DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO COLÉGIO PEDRO II**



RIO DE JANEIRO, 2026

**RELATÓRIO TÉCNICO:
CONJUNTO DE PROPOSTAS PARA O
APRIMORAMENTO DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO COLÉGIO PEDRO II**



COLÉGIO PEDRO II

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Andrey Damico Adorno Soares

Robson Costa de Castro

RELATÓRIO TÉCNICO

**CONJUNTO DE PROPOSTAS PARA O APRIMORAMENTO
DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO COLÉGIO PEDRO II**



Rio de Janeiro

2026

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

S676 Soares, Andrey Damico Adorno
Relatório técnico : conjunto de propostas para o aprimoramento da
assistência estudantil no Colégio Pedro II / Andrey Damico Adorno Soares,
Robson Costa de Castro. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Imperial Editora, 2026.

65 p.

Bibliografia: p. 63-65.

ISBN: 978-65-5930-243-7.

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Assistência
estudantil. 4. Colégio Pedro II. 5. Ensino médio integrado. I. Castro,
Robson Costa de. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 373.246

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692

RESUMO

Este produto educacional resulta de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Colégio Pedro II. O estudo investigou os avanços e desafios da Política de Assistência Estudantil a partir das percepções de estudantes do Ensino Médio Integrado e assistentes sociais da instituição, com o objetivo de propor estratégias para qualificar o acompanhamento discente. A partir da análise realizada, elaborou-se este relatório técnico, que apresenta algumas propostas de aprimoramento da Assistência Estudantil no Colégio Pedro II. A primeira consiste em traçar diretrizes para melhorar o acolhimento dos estudantes, articulando-os em direção às ações e programas desenvolvidos pela Assistência Estudantil do Colégio Pedro II, considerando as especificidades de cada segmento de ensino. A segunda proposta consiste na utilização do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) como plataforma para inscrição, envio de documentos e ranqueamento de estudantes, por meio de um módulo específico. A terceira propõe a criação de um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), estruturado com baremas que pontuam diferentes dimensões socioeconômicas. A quarta propõe a ampliação do controle social e da transparência institucional, por meio da divulgação qualificada de dados sobre a Assistência Estudantil na plataforma “CPII em Números”, incentivando estudos e pesquisas internas. O relatório visa oferecer à gestão institucional e aos profissionais da área alternativas mais eficazes, transparentes e menos burocráticas para a Política de Assistência Estudantil da instituição.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Colégio Pedro II; Educação Profissional e Tecnológica.

OS AUTORES



ANDREY DAMICO ADORNO SOARES

Mestre em Educação pelo Colégio Pedro II, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). Atualmente é Assistente de Aluno no Colégio Pedro II. Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Especialista em Coordenação Pedagógica e Escolar (Faculdade FOCUS).



ROBSON COSTA DE CASTRO

Possui graduação em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), Mestrado em Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/COPPE (2005), Doutorado em Física Nuclear Aplicada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2015) e Pós-doutorado em Física Nuclear - UERJ - 2017. Atualmente é professor do Colégio Pedro II e Diretor Geral do Campus Tijuca II.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1. O que é um relatório técnico?	5
1.1 Uma síntese das principais propostas desse relatório	7
1.2 Desafios destacados pelos/as Assistentes Sociais na pesquisa	10
1.3 Justificativa para as propostas	10
2. A assistência estudantil na EPT e no Colégio Pedro II:12 aspectos históricos, sociais e políticos.....	12
3. Proposta de acolhimento estudantil a partir das especificidades de cada segmento de ensino	18
4. Proposta de implementação do módulo de assistência estudantil no SUAP	28
5. Proposta de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).....	40
6. Proposta de aprimoramento da Plataforma CPII em Números	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	63

APRESENTAÇÃO

Este relatório técnico é um produto educacional proveniente da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Colégio Pedro II. Sintetiza propostas de aprimoramento baseadas nos resultados da dissertação “Desafios e avanços na Política de Assistência Estudantil do Colégio Pedro II a partir do Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante (AFAE): percepções de estudantes do Ensino Médio Integrado e Assistentes Sociais”.

O intuito desse produto é oferecer subsídios à gestão institucional do Colégio Pedro II, visando trazer diagnósticos de melhoria em relação às ferramentas adequadas para execução da Política de Assistência Estudantil da instituição. Durante a pesquisa, identificou-se que os profissionais técnicos responsáveis pela implementação do Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante (AFAE) apresentaram uma forte sobrecarga burocrática, trazendo reflexos na capacidade das equipes em atuarem em outras demandas importantes da comunidade escolar.

Por sua vez, os discentes também sinalizaram suas dificuldades para participarem do AFAE, o que denota a necessidade de pensar em ferramentas adequadas para aprimorar o diálogo com a comunidade escolar, de tal maneira que lhes garanta clareza sobre os intuitos da Política de Assistência Estudantil do Colégio Pedro II, especialmente o AFAE, baseando-se no princípio da transparência, direito constitucional relacionado ao acesso à informação e ao controle social. Um dos objetivos específicos delimitados na dissertação foi de avaliar os principais pontos críticos da Política de Assistência Estudantil do Colégio Pedro II, com base no cruzamento das percepções dos sujeitos da pesquisa e na análise documental institucional.

1. O que é um relatório técnico?

O QUE É UM RELATÓRIO TÉCNICO?



Fonte: Canvas (2026)

Um relatório técnico, de acordo com Bernadelli (2007) pode ser classificado como uma “exposição detalhada, sistemática e objetiva dos procedimentos e resultados obtidos em um estudo técnico ou científico”, podendo contribuir para tomada de decisões de problemas específicos, levantados a partir de pesquisa de campo. Além disso, levando em conta a classificação de Rizzatti et al. (2020), esse produto pode ser classificado como uma tecnologia social, uma vez que as propostas de aprimoramento da Política de Assistência Estudantil aqui expressas resultam da “interação com a população”, podendo representar uma “solução para inclusão social e melhoria das condições de vida”.

Com base nessas definições, podemos compreender que o relatório técnico, enquanto modalidade de produção acadêmica no âmbito da pós-graduação profissional, cumpre a função de articular o conhecimento científico à prática social, oferecendo respostas concretas a problemas identificados no campo empírico. Diferente de um trabalho meramente descritivo, o relatório técnico busca apresentar soluções aplicáveis e fundamentadas, que possam subsidiar tanto a gestão institucional quanto os profissionais envolvidos nas ações analisadas. Assim, configura-se como um instrumento de intervenção orientado para a transformação da realidade, sem perder de vista a sistematização científica que lhe confere legitimidade e validade acadêmica.

1.1 Uma síntese das principais propostas desse relatório



Fonte: Canvas (2026)

A primeira proposta desse relatório consiste em traçar diretrizes para melhorar o acolhimento dos estudantes, articulando-os em direção às ações e programas desenvolvidos pela Assistência Estudantil do Colégio Pedro II, considerando as especificidades de cada segmento de ensino. Já a segunda proposta refere-se à construção de um módulo voltado para a Assistência Estudantil, vinculado ao Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). É importante ressaltar que essa proposta já foi apontada por outros estudos como um passo fundamental para a melhoria qualitativa no atendimento discente e redução de retrabalho das equipes de técnicos-administrativos lotados nos Setores de Assistência Estudantil do Colégio Pedro II.

A adoção de tal sistema pode, a médio e longo prazo, melhorar os processos de assistência e acompanhamento aos estudantes, por meio da customização de um software já existente. Sendo uma legítima demanda social e educacional, essa primeira proposta foi pensada, no entanto, em oposição a uma lógica reducionista do avanço tecnológico, que no contexto capitalista muitas vezes se alinha a um aumento na exploração e precarização do trabalho. Na contramão dessa perspectiva, espera-se que o módulo, enquanto um recurso digital relevante, possa aperfeiçoar o atendimento aos estudantes, permitindo que consigam acessar as políticas que lhes são de direito. Pinto (2025), que desenvolveu um estudo a evasão de estudantes dos cursos subsequentes do

Colégio Pedro II aponta que já foram realizados testes no SUAP com alguns membros da equipe de assistência estudantil, incluindo a participação da própria no processo, reforçando que a plataforma pode ser útil o carregamento (upload) das documentações exigidas, renovação automática de bolsas dos estudantes, sem necessidade de nova inscrição ou nova análise de um mesmo contexto familiar, cabendo somente se houver avisos de alteração.

A segunda proposta desse relatório técnico visa sugerir a discussão no Fórum da Assistência Estudantil (FAE) do Colégio Pedro II (instituído pela Portaria nº 2.396/2023) de uma proposta de normatização de critérios e procedimentos para a construção de um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), acessível a toda comunidade escolar e que possa futuramente subsidiar a execução do AFAE. É importante ressaltar que em vários institutos federais (IFSC, IFPA, IFPB e dentre outros), essa metodologia de ranqueamento dos estudantes já é uma realidade, podendo ser caracterizada como uma expressão quantitativa de análise composta de variáveis que juntas caracterizam a situação de vulnerabilidade social. Os agravantes sociais podem ser classificados a partir de baremas, que podem ser construídos e aprimorados pelos próprios profissionais que fazem parte do FAE. Esse relatório trouxe uma proposta provisória de conceituação de itens que fazem parte dessa pontuação, considerando os riscos sociais mais relevantes no processo de ranqueamento. O cálculo do IVS deverá ser feito a partir de análise documental e, se necessário, entrevista social com o estudante.

Caso a pontuação no IVS de um estudante possa ser elevada, denotando a necessidade de entrevista, é possível pensar na possibilidade de construção de um parecer social, emitido pelo Assistente Social, que possa detalhar os agravantes sociais mais críticos do/a estudante, como condições sociais de renda, acesso a serviços, presença de violências e drogadição, exposição à situações de risco, ou seja, dados objetivos e subjetivos que englobam a composição familiar. Esses dados reunidos podem ser úteis para a elaboração de um “prontuário” do estudante na instituição, de caráter sigiloso e científico, que possa agilizar a comunicação entre as equipes multiprofissionais de atendimentos aos alunos existentes no Colégio (NAPNE, SOEP, SEORE), assegurando a continuidade do cuidado ao indivíduo e suas demandas.



Fonte: Canvas (2026)

A terceira e última proposta deste relatório visa garantir maior controle social da Política de Assistência Estudantil do Colégio Pedro II a partir do aprimoramento dos dados na Plataforma CPEI em Números. Embora a Plataforma traga informações sobre a quantidade de auxílios concedidos por ano letivo, considerando variáveis como segmento do estudante contemplados, sexo/gênero, raça, renda e local de residência, além de dados orçamentários sobre empenhos e aumentos acumulados da Assistência para cada ano, faltam dados desagregados que possam subsidiar pesquisas e estudos institucionais pertinentes e necessários. Como exemplo, a Plataforma não dispõe de informações sobre tempo médio de permanência de estudantes beneficiados pelo AFAE; taxa de renovação de auxílios por estudante (reconcessões sucessivas) e outros aspectos sobre impacto educacional, como correlação entre o recebimento do AFAE e a frequência escolar e/ou rendimento acadêmico. Infelizmente persistem poucas sistematizações de tais variáveis, o que culmina em uma baixa análise e problematização dessas informações. Por sua vez, a comunidade escolar, a título de transparência, não consegue visualizar e acompanhar plenamente as informações, de modo mais sistemático, sobre a concessão dos auxílios financeiros e o impacto no AFAE no contexto acadêmico.

1.2 Desafios destacados pelos/as Assistentes Sociais na pesquisa

A1: *“A ausência de profissionais, atuo sozinha no Setor de Assistência Estudantil do Campus. Então eu sou a responsável pela divulgação, recebimento de documentação, orientação das dúvidas de estudantes e responsáveis e realização das análises socioeconômicas. Sendo assim, caso o setor contasse com mais um servidor administrativo poderia me auxiliar nessas atividades”*

A2: *“A ausência de um sistema integrado onde as informações socioeconômicas possam ser consultadas e atualizadas, agilizando o processo de análise. A equipe extremamente reduzida para apoiar e analisar mais de quatro mil inscrições anualmente. O recurso limitado que impossibilita o atendimento de todas(os) que estão dentro do perfil prioritário”*

A3 *“Os desafios para a assistência estudantil e conseqüentemente para a execução do AFAE são muitos, mas destaco os que seguem: a baixa visibilidade e relevância institucional da política de assistência estudantil; a sobrecarga das equipes, que operam com um número de profissionais inferior ao necessário frente à demanda existente; a precariedade das ferramentas institucionais para a execução das etapas do AFAE, como a inexistência de um sistema informatizado que receba as inscrições e viabilize a análise socioeconômica dos pedidos; o orçamento insuficiente diante da crescente demanda pelos auxílios estudantis; e o entendimento equivocado, por parte da instituição e de seus gestores, sobre as atribuições dos profissionais da assistência estudantil.*

1.3 Justificativa para as propostas

A criação das propostas desse relatório se justifica frente a **quatro grandes eixos** de necessidades e demandas institucionais, identificados a partir dos dados coletados em pesquisa de campo feita com alunos do Ensino Médio Integrado e Assistentes Sociais

- 1) Fragilidade na comunicação institucional da Assistência Estudantil:** As informações sobre o AFAE estão dispersas, localizadas em diferentes plataformas e nem sempre de forma intuitiva para o estudante.
- 2) Excesso de burocracia nos processos de inscrição:** A obrigatoriedade da entrega física de documentos, muitas vezes impressos, gera custos e dificuldades logísticas aos estudantes, além de sobrecarregar os setores.

- 3) Sobrecarga dos servidores técnicos-administrativos:** As equipes de assistência estudantil do Colégio Pedro II são compostas, em vários campi, por um número insuficiente de profissionais, que acumulam as funções de divulgação, atendimento, recebimento de documentos, análise socioeconômica, gestão de dados e acompanhamento de pendências.

- 4) Necessidade de alinhamento institucional com a Rede Federal:** Diferentes Institutos Federais utilizam o SUAP como ferramenta de gestão da assistência estudantil, incluindo inscrição nos auxílios, análise socioeconômica e acompanhamento das concessões.

**2. A assistência estudantil na EPT e
no Colégio Pedro II: aspectos históricos,
sociais e políticos**

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EPT



Fonte: Canvas (2026)

A trajetória da Assistência Estudantil no Brasil é marcada por avanços e contradições, especialmente no ensino superior, onde se consolidou como parte das lutas pela democratização do acesso e da permanência dos estudantes, como destacam Kowalski (2012), Dumaresq (2014) e Souza (2017). Esses autores evidenciam que, nesse nível de ensino, a política é amplamente registrada e debatida. Em contraste, na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a Assistência Estudantil historicamente recebeu atenção limitada, carecendo de registros sistematizados sobre sua implementação e efeitos, como observa Souza (2017).

Esse cenário começa a mudar com o início do governo Lula, em 2003, quando a Assistência Estudantil ganha centralidade nas políticas educacionais. O governo adota uma plataforma política voltada à inclusão social, promovendo consensos entre o movimento estudantil e setores privados da educação (Carvalho, 2018).

Na EPT, rompe-se com a tradição de separação entre formação geral e técnica, ampliando a oferta da habilitação técnica integrada e subsequente ao Ensino Médio. Para garantir o acesso das classes populares a essa nova configuração, o governo institui diversas ações, com destaque para a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil

(PNAES), pela Portaria nº 39/2007, regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010. O PNAES incorporou demandas de movimentos como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fonaprace, marcando um avanço na institucionalização da política de permanência.

Outro marco importante é a sanção da Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024. Previsto no artigo 214 da Constituição de 1988, o PNE define diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira. A meta 12.5 inclui explicitamente a ampliação da Assistência Estudantil, reconhecendo seu papel na promoção da equidade e no enfrentamento das desigualdades educacionais. O texto orienta a ampliação do apoio a estudantes de instituições públicas, bolsistas do ensino superior privado e beneficiários do FIES, com foco na redução das desigualdades étnico-raciais e na elevação das taxas de acesso e permanência de estudantes de grupos historicamente excluídos, como negros, indígenas, pessoas com deficiência, superdotados e egressos da escola pública.

Atualmente houve a sanção da Lei nº 14.914/2024, que representou um marco para a Assistência Estudantil ao transformar o PNAES em política pública de Estado, ampliando sua abrangência para todos os estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e incorporando novos programas e áreas de atuação, como alimentação, moradia, transporte, saúde mental, acessibilidade e permanência parental (Castro et al., 2024; Brasil, 2024). A lei prevê ainda a possibilidade de novas ações, desde que compatíveis com o orçamento e sem prejuízo aos programas já existentes. Paralelamente, o Projeto de Lei nº 2.614/2024, que trata do novo Plano Nacional de Educação (2024–2034), inclui como destaque a Estratégia 11.7, voltada à ampliação da Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica, com foco na inclusão de populações historicamente vulnerabilizadas, como negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, do campo, das águas, das florestas, além de estudantes em situação de privação de liberdade, reconhecendo suas especificidades culturais e socioeconômicas.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO COLÉGIO PEDRO II



Fonte: Site do Colégio Pedro II / Campus Centro (2026)

A trajetória da Assistência Estudantil no Colégio Pedro II reflete as transformações da educação pública brasileira, passando de práticas filantrópicas voltadas a uma elite socioeconômica à construção de uma política pública estruturada. Inicialmente elitista, a instituição atendia majoritariamente filhos de classes privilegiadas, e a assistência se limitava a ações pontuais, como a doação de uniformes por associações de pais e professores e contribuições voluntárias de servidores por meio da Caixa Escolar, um fundo solidário que perdurou por décadas como principal forma de apoio aos estudantes em situação de carência. A partir da década de 1950, surgem iniciativas como gratuidade de materiais e serviços básicos, ainda marcadas por seletividade e meritocracia.

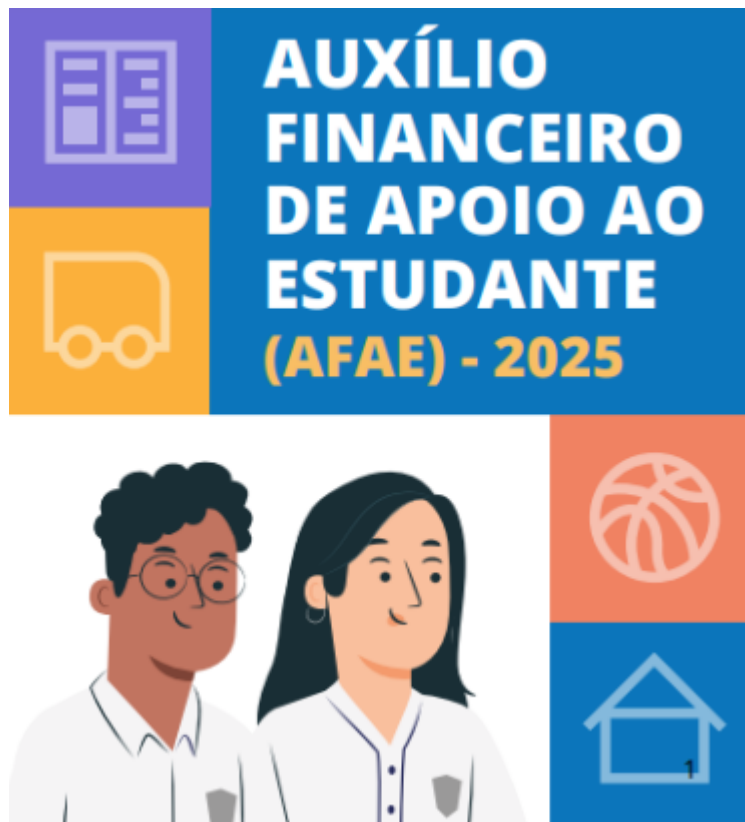
A Lei nº 5.692/1971 restringiu o ingresso ao ensino médio e, somada à migração da classe média para escolas privadas, provocou queda nas matrículas. Na década de 1980, buscou-se reverter esse cenário com convênios e ampliação do público atendido, incluindo estudantes de origem popular. O Código de Ética Discente de 1989 reconhecia formalmente a Caixa Escolar como instrumento de suporte estudantil, prevendo a

possibilidade de solicitação de auxílio mediante requerimento e comprovação de carência.

A partir dos anos 2000, impulsionado por políticas de inclusão como a equiparação aos Institutos Federais (Lei nº 12.677/2012) e a política de cotas (Lei nº 12.711/2012), o Colégio passou a desenvolver uma política mais estruturada de Assistência Estudantil, alinhada ao PNAES (Decreto nº 7.234/2010). A criação da Diretoria de Ações Inclusivas e Assuntos Estudantis (DAE) e da Seção de Assistência ao Educando (SAE), em 2014, consolidou esse processo, ampliando o alcance e a organização das ações. Esse avanço culminou na Resolução nº 181/2018, que instituiu diretrizes e princípios da Política de Assistência Estudantil da instituição, reforçando a permanência como um direito e elemento central para a democratização do acesso à educação pública.

Apesar dos avanços na estruturação da Assistência Estudantil, ainda persistem desafios que impactam a efetividade dessas políticas. O acesso aos auxílios oferecidos pelo Colégio Pedro II, como o Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante (AFAE), implementado em 2018, está condicionado a um processo seletivo rigoroso, cujos critérios exigem extensa documentação comprobatória da situação socioeconômica. Como destacam Andrade e Bueno (2024), o perfil dos estudantes que solicitam o AFAE evidencia a profundidade das vulnerabilidades sociais enfrentadas: há predominância de alunos negros ou pardos, muitos com dificuldades de deslocamento até a instituição, vivendo sob condições de extrema pobreza e insegurança alimentar. Além disso, são frequentes os relatos de contextos familiares marcados por violência doméstica, uso de substâncias e chefia do lar por mulheres, muitas vezes idosas.

O QUE É O AUXÍLIO FINANCEIRO DE APOIO AO ESTUDANTE?



Fonte: Site do Colégio Pedro II (2026)

De acordo com o site do Colégio Pedro II, o Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante (AFAE) tem por objetivo contribuir para democratizar e ampliar as condições de permanência dos/as estudantes regularmente matriculados/as no Colégio Pedro II, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A análise socioeconômica abrange todas as pessoas que convivem com o/a estudante na mesma residência, compartilham vínculos sanguíneos e/ou afetivos e dividem as despesas familiares. O Setor de Assistência Estudantil do campus utiliza os seguintes critérios para realizar a análise socioeconômica dos/as estudantes: renda bruta per capita, vínculo empregatício, condição de moradia, identidade étnico-racial, forma de acesso/ingresso no Colégio, doenças graves e deficiências, necessidades específicas apresentadas por estudantes, benefícios de programa de transferência de renda, situação familiar, gastos com transporte para acesso ao Colégio e outros agravantes.

3. Proposta de acolhimento estudantil a partir das especificidades de cada segmento de ensino



Fonte: Site PUC SP (2026)

A aprovação do novo PNAES, sancionado recentemente, ampliou de forma significativa o conjunto de ações destinadas à permanência e ao êxito dos estudantes da Rede Federal de Educação. O novo marco normativo engloba treze programas e ações, incluindo o Programa de Assistência Estudantil (PAE), o Programa de Bolsa Permanência (PBP), o Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases), o Programa Estudantil de Moradia (PEM), o Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate), o Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir), o Programa de Permanência Parental (Propepe), o Programa de Acolhimento em Bibliotecas (PAB), o Programa de Atenção à Saúde Mental (PAS), o Promisaes, o Benefício Permanência na Educação Superior, a oferta de serviços pelas próprias instituições federais e outras ações definidas pelo MEC.

Diante desse novo cenário nacional, o Colégio Pedro II encontra-se em fase de expectativa pela regulamentação da lei, etapa necessária para revisar sua Política de Assistência Estudantil, adequando-a à nova arquitetura do PNAES e, sobretudo, planejando o uso de um possível incremento orçamentário para expandir ações de permanência já existentes e implementar novas iniciativas previstas na legislação. Essa

revisão exige a compreensão clara das necessidades específicas de cada modalidade de ensino, garantindo focalização e efetividade das ações. A seguir, sistematizam-se esses focos e como eles dialogam com os programas do novo PNAES.

EDUCAÇÃO INFANTIL: ALIMENTAÇÃO E APOIO SOCIOFAMILIAR

Na Educação Infantil, a centralidade do atendimento está nas famílias responsáveis pelas crianças. As necessidades mais recorrentes envolvem:

- apoio a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- orientação sobre direitos sociais e acesso aos benefícios;
- alimentação adequada e rotinas de cuidado;
- questões relacionadas à parentalidade e à conciliação trabalho-família.

Focos prioritários de políticas e programas para este segmento:

- **Parentalidade (Propepe):** apoio às famílias responsáveis pela criança, especialmente em situações de monoparentalidade, desemprego ou sobrecarga com cuidados.
- **Alimentação (Pases – adaptado às realidades da educação básica):** monitoramento das necessidades alimentares e apoio às famílias vulneráveis.
- **Acessibilidade (Incluir)** para crianças com deficiência.
- **Atenção sociofamiliar**, com articulação com a rede de proteção.

Atuação dos assistentes sociais:

- acolhimento e entrevistas sociais com responsáveis;
- articulação com serviços de saúde, CRAS/CREAS, Conselho Tutelar;
- orientação sobre documentação, autodeclaração de renda e critérios;
- encaminhamento para benefícios socioassistenciais externos quando necessários.

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE

No Ensino Fundamental, sobretudo nos anos finais, observa-se uma combinação entre dependência familiar e início da autonomia discente. As demandas principais incluem:

- necessidade de transporte escolar em trajetos longos ou inseguros;
- insegurança alimentar em famílias de baixa renda;
- dificuldades socioemocionais em transição para a adolescência;
- acompanhamento de situações de violência, negligência ou conflitos familiares.

Focos prioritários de políticas e programas:

- **Transporte (Pate):** relevante para estudantes que dependem de longos deslocamentos.
- **Alimentação:** articulação com ações internas e orientações complementares às famílias.
- **Saúde mental (PAS):** prevenção e acolhimento de demandas emocionais do início da adolescência.
- **Inclusão (Incluir)** para estudantes com deficiência.
- **Apoio nas bibliotecas (PAB):** desenvolvimento de hábitos de estudo.

Atuação dos assistentes sociais:

- reuniões de orientação para estudantes e responsáveis;
- entrevistas sociais em casos de risco, ausência frequente ou dificuldades de aprendizagem;
- articulação com o PAS (quando implementado) para situações de sofrimento psíquico;
- acompanhamento contínuo de famílias vulneráveis.

ENSINO MÉDIO REGULAR E INTEGRADO: TRANSPORTE, SAÚDE MENTAL, ALIMENTAÇÃO E CONDIÇÕES MATERIAIS

Na juventude, acentuam-se necessidades relacionadas à mobilidade urbana, à saúde mental, às condições materiais de estudo, às responsabilidades familiares e à construção de projetos de vida.

Além disso, muitos jovens desempenham papel de cuidadores, trabalham informalmente ou enfrentam longos deslocamentos.

Focos prioritários de políticas e programas:

- **Transporte (Pate):** geralmente o maior gasto dos estudantes e o fator com maior impacto na permanência.
- **Saúde mental (PAS):** demandas crescentes de ansiedade, depressão, estresse escolar e conflitos familiares.
- **Alimentação:** apoio à segurança alimentar, considerando longos períodos na instituição.
- **Acessibilidade (Incluir).**
- **Apoio parental (Propepe)** para jovens que exercem cuidados de irmãos ou filhos.
- **Bibliotecas e estudo (PAB):** monitoramento de trajetória escolar e apoio ao estudo.

Atuação dos assistentes sociais:

- rodas de conversa sobre direitos, permanência e saúde mental;
- atendimento individualizado e entrevistas sociais aprofundadas;
- articulação com psicologia escolar, rede de saúde mental e assistência social;
- campanhas de comunicação sobre auxílios, documentação e autodeclaração socioeconômica;
- mediação em situações de trabalho precoce, violência doméstica ou insegurança alimentar.

PROEJA E SUBSEQUENTE: TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E MORADIA

Estudantes do PROEJA são, em grande parte, adultos trabalhadores com múltiplas responsabilidades. Suas necessidades são:

- transporte para o turno da noite, geralmente o maior impeditivo à permanência;
- alimentação adequada, devido à rotina de trabalho antes das aulas;
- apoio à conciliação entre estudo, trabalho e cuidados familiares;
- acolhimento para situações de violência, desemprego ou precarização laboral.

Focos prioritários de políticas e programas:

- **Transporte (Pate):** fundamental à permanência.
- **Alimentação:** apoio para garantir condições mínimas de estudo após o horário de trabalho.

- **Permanência parental (Propepe)** para estudantes com filhos pequenos.
- **Saúde mental (PAS)** considerando alto índice de estresse e exaustão.
- **Inclusão (Incluir)** para adultos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem.

Atuação dos assistentes sociais:

- atendimentos em horários compatíveis com o trabalho dos estudantes;
- rodas de conversa sobre direitos sociais e políticas públicas;
- entrevistas sociais considerando trajetórias interrompidas e condições laborais;
- articulação com serviços de empregabilidade, saúde e rede protetiva.

GRADUAÇÃO: MORADIA, TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE MENTAL

Na graduação, as necessidades se aproximam das instituições de ensino superior federais, especialmente para estudantes que se deslocam diariamente de grandes distâncias ou que desejam morar próximos ao campus.

As principais demandas incluem:

- moradia estudantil;
- transporte;
- alimentação saudável;
- saúde mental;
- aquisição de materiais e custeio de atividades acadêmicas.

Focos prioritários de políticas e programas:

- **Moradia (PEM):** nova possibilidade aberta pelo PNAES.
- **Transporte (Pate).**
- **Alimentação (Pases).**
- **Saúde mental (PAS).**
- **Bolsa Permanência (PBP).**
- **Benefício Permanência na Educação Superior.**
- **Acessibilidade (Incluir).**

Atuação dos assistentes sociais:

- seminários de apresentação da política para calouros;

- atendimentos individualizados por agendamento;
- acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e emocional;
- articulação com coordenações de curso, bibliotecas, psicologia e demais setores.

Com a aprovação do novo PNAES, a Assistência Estudantil do Colégio Pedro II deverá reorganizar sua política após a publicação da regulamentação ministerial. Essa revisão precisa considerar o forte impacto da autodeclaração de renda, elemento central para o cálculo da matriz orçamentária da Rede Federal.

Os dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024) revelam que 31,01% dos estudantes do Colégio Pedro II não declaram sua renda, o que pode resultar em repasses orçamentários aquém da demanda real. Assim, fortalecer a comunicação e garantir que estudantes e famílias compreendam a importância desse processo passa a ser uma prioridade estratégica.

Com a regulamentação e o possível incremento de recursos, a instituição poderá:

- expandir ações já existentes (AFAE);
- incorporar novos programas (Pate, PEM, PAS, PAB, Propepe etc.);
- fortalecer os atendimentos e serviços internos;
- planejar políticas segmentadas por modalidade, focadas nas necessidades reais de cada público.



Fonte: NexosPro.Digital (2026)

Considerando a diversidade de públicos atendidos pelo Colégio Pedro II e as especificidades de cada modalidade de ensino, o uso das mídias sociais na Política de Assistência Estudantil deve ser planejado de forma segmentada, respeitando trajetórias, faixas etárias, níveis de autonomia e condições de acesso à informação. Nesse sentido, plataformas como WhatsApp, Instagram e outras mídias sociais não devem substituir os instrumentos oficiais de comunicação institucional, como editais, guias informativos, panfletos e o sítio eletrônico da instituição, mas atuar de forma complementar, ampliando o alcance das informações, facilitando a compreensão dos direitos e reduzindo desigualdades informacionais.

Na Educação Infantil, em que o público prioritário da comunicação são as famílias responsáveis, o WhatsApp configura-se como ferramenta estratégica de acolhimento e orientação, especialmente por sua ampla disseminação e facilidade de uso. Grupos

institucionais ou listas de transmissão podem ser utilizados para divulgar informações sobre alimentação, apoio sociofamiliar, acessibilidade e parentalidade, sempre acompanhadas de materiais oficiais em formato acessível, como guias digitais, cartilhas e comunicados formais. O Instagram, por sua vez, pode ser utilizado de forma complementar para publicações visuais e educativas voltadas às famílias, com os conteúdos que expliquem, de maneira simples, o funcionamento dos programas, além de orientar sobre direitos sociais e fluxos de atendimento. Essas ações devem sempre remeter aos canais formais da instituição, reforçando a legitimidade das informações.

No Ensino Fundamental, sobretudo nos anos finais, as mídias sociais podem atuar como ponte entre a comunicação direcionada às famílias e o início da autonomia discente. O WhatsApp pode ser utilizado para a circulação de informações objetivas sobre transporte escolar, alimentação, saúde mental e apoio pedagógico, especialmente em diálogo com os responsáveis. Já o Instagram ou TikTok, por exemplo, podem favorecer a comunicação direta com os estudantes, por meio de conteúdos educativos sobre direitos, permanência, organização da rotina escolar e serviços disponíveis, utilizando linguagem acessível e formatos atrativos. Em ambos os casos, as publicações devem encaminhar o público para os editais, guias e documentos oficiais, garantindo que a informação simplificada conduza ao acesso formal aos programas.

No Ensino Médio Regular e Integrado, etapa marcada pela ampliação da autonomia juvenil, o Instagram assume papel central como espaço de divulgação, orientação e diálogo. Campanhas permanentes podem abordar temas como transporte, alimentação, saúde mental, acessibilidade e apoio parental, além de divulgar prazos, critérios e documentos necessários para acesso aos auxílios. O uso de recursos interativos, como enquetes, caixas de perguntas e lives, pode favorecer a escuta das demandas juvenis e a aproximação com a política institucional. Paralelamente, o WhatsApp pode ser utilizado para o envio de lembretes objetivos, como abertura de editais e prazos, sempre vinculados aos documentos oficiais, evitando a circulação de informações incompletas ou descontextualizadas.

Para os estudantes do PROEJA e do Ensino Subsequente, considerando o perfil adulto, trabalhador e, muitas vezes, com responsabilidades familiares, as estratégias digitais devem priorizar clareza, objetividade e acessibilidade temporal. O WhatsApp

destaca-se como principal ferramenta, permitindo o envio de informações diretas sobre auxílios de transporte, alimentação, permanência parental e saúde mental, além da divulgação de horários de atendimento compatíveis com a jornada de trabalho desse público. O Instagram pode atuar como espaço de consulta, reunindo conteúdos fixados e explicativos sobre direitos e programas, funcionando como um repositório complementar de informação. Em todos os casos, é fundamental que as mensagens digitais façam referência explícita aos editais e guias institucionais, garantindo segurança informacional e acesso formal aos benefícios.

Na Graduação, o uso das mídias sociais pode assumir caráter mais sistemático e estruturado, integrando-se às ações de acolhimento inicial e acompanhamento contínuo. O Instagram pode ser utilizado para apresentar a Política de Assistência Estudantil aos ingressantes, divulgar programas como moradia, transporte, alimentação, saúde mental e bolsas de permanência, além de esclarecer critérios e fluxos de acesso. O WhatsApp pode complementar essa estratégia por meio de listas de transmissão para divulgação de prazos, editais e orientações objetivas. Ademais, outras ferramentas digitais, como páginas institucionais, formulários eletrônicos e manuais em formato PDF acessível, devem ser amplamente divulgadas e articuladas às redes sociais, reforçando a centralidade dos canais oficiais.

De forma transversal a todos os segmentos, o uso das mídias sociais deve estar orientado por princípios de acessibilidade, transparência e responsabilidade institucional. As informações divulgadas nesses canais devem ser claras, verificáveis e sempre acompanhadas de encaminhamento aos documentos oficiais, como editais, guias e normativas, garantindo que a ampliação do acesso à informação não fragilize a formalidade e a segurança dos processos. Assim, as mídias sociais consolidam-se como ferramentas de apoio à efetivação do direito à Assistência Estudantil, fortalecendo o acolhimento, a comunicação pública e a equidade no acesso aos programas previstos no novo PNAES.

4. Proposta de implementação do módulo de assistência estudantil no SUAP

O QUE É O SUAP?



Fonte: SUAP/CPII (2026)

O Sistema Unificado de Administração Pública foi implantado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) em 2006 como uma atualização do ponto eletrônico. De forma paulatina, outros módulos foram adicionados ao sistema, de acordo as necessidades internas da instituição, especialmente nas área de gestão de pessoas e acadêmica.

Segundo Correa (2017), o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) pode ser classificado como "Enterprise Resource Planning (ERP), uma vez que foi elaborado com base em uma estrutura modular que possibilita a interligação dos diversos dados por área e por unidade, visando à gestão integrada das informações" (CORREA, 2017, p. 27).

Outro aspecto central do SUAP é seu caráter colaborativo no âmbito da Rede Federal. Embora tenha sido criado no IFRN, o sistema foi disponibilizado, por meio de convênios de cooperação técnica, para diversos outros Institutos Federais em todo o país, inclusive para o próprio Colégio Pedro II, fortalecendo a cultura de desenvolvimento coletivo e compartilhamento de soluções no setor público educacional. Essa colaboração não se limita ao fornecimento do sistema, mas inclui também a formação de comunidades técnicas que, em conjunto, sugerem melhorias, desenvolvem novos módulos e ajustam funcionalidades às realidades de cada instituição.

No caso específico do Colégio Pedro II, a adoção do SUAP significou um salto qualitativo na gestão acadêmica e administrativa. No entanto, até o momento, a instituição não conta com um módulo específico para gestão da assistência estudantil oficialmente implantado, diferentemente do que ocorre em diversos Institutos Federais que, a partir do SUAP, integram não só os dados acadêmicos, mas também os dados socioeconômicos para efetuar os processos de concessão de auxílios e o acompanhamento das políticas de permanência.

Um dos muitos exemplos de utilização do SUAP para realização de inscrições da Assistência Estudantil e acompanhamento socioeconômico é o que já vem sendo realizado pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), que além ter feito sua migração para o SUAP, fez um bom trabalho de orientação e instrução dos estudantes para utilização adequada do módulo de inscrição. Dessa forma, a aplicação desse módulo no Colégio Pedro II é perfeitamente factível e em linha com as melhores práticas que não só IFPB, mas diversos outros Institutos Federais tem feito com relação à Assistência Estudantil.



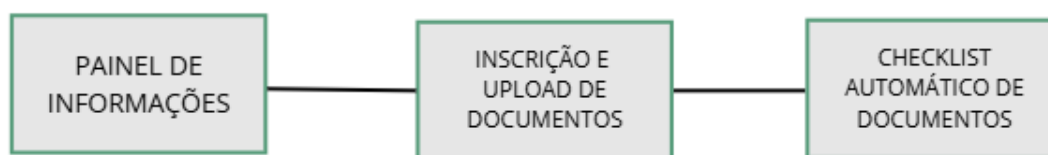
suap
sistema unificado de
administração pública

Assistência Estudantil - Tutorial do Aluno

Fábio Albuquerque, Daniel Villar, Victor Régis e Matheus Cordeiro
Coordenação de Desenvolvimento e Gerenciamento de Sistemas - CDGS
sistemas.cdgs@ifpb.edu.br
3612-9742

Fonte: Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Acesso em: <https://www.ifpb.edu.br/ti/catalogo-de-servicos-de-ti/sistemas-para-a-administracao/suap/modulo-assistencia-estudantil/documentos/assistencia-estudantil-tutorial-do-aluno.pdf>

POSSÍVEIS FUNCIONALIDADES



Fonte: Produzido pelos autores (2026)

Para os estudantes, o módulo pode oferecer uma interface acessível, localizada na página inicial do SUAP, identificada visualmente de forma clara e intuitiva. Ao acessar o módulo, o estudante pode encontrar um painel de informações detalhadas, que apresenta de forma objetiva e organizada os objetivos do AFAE, os critérios de elegibilidade, os documentos necessários, os prazos e as etapas do processo seletivo. Essa funcionalidade visa superar uma das principais dificuldades apontadas na pesquisa: a dispersão das informações e a dificuldade de compreensão dos editais.

O processo de inscrição pode ser inteiramente digital e ocorrer dentro do próprio SUAP, tornando-o mais simples e personalizado. O módulo pode permitir também o upload de documentos digitalizados, eliminando a necessidade de entrega presencial, reduzindo custos e tornando o processo mais acessível, especialmente para os alunos em situação de vulnerabilidade. Além disso, o sistema pode incluir um checklist automático, que sinaliza imediatamente se há pendências documentais, evitando erros e retrabalho.

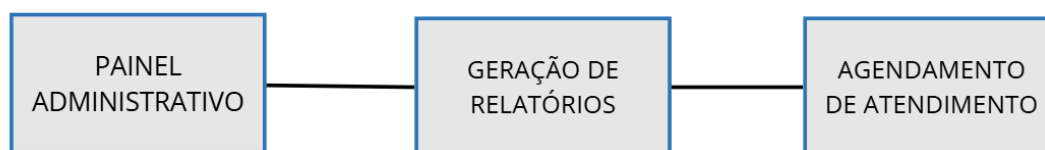
Durante todo o processo, o estudante pode acompanhar em tempo real o status da sua inscrição, com atualizações sobre cada etapa, desde o envio até a análise e divulgação dos resultados. O histórico de todas as inscrições anteriores também fica registrado no sistema, o que garante rastreabilidade e transparência. O módulo conta ainda com um sistema de notificações automáticas, que emite alertas dentro do próprio SUAP e também via e-mail institucional, informando sobre abertura de editais, pendências, prazos e publicação de resultados.

FUNCIONALIDADES: ÁREA DO ESTUDANTE

AÇÃO	FUNCIONALIDADE
Acesso do módulo	Link fixo e visível na página inicial do SUAP, identificado como "Assistência Estudantil - AFAE".
Painel de informações	Informações completas e organizadas sobre o AFAE: objetivos, critérios, cronograma, documentos necessários e orientações.
Inscrição online	Formulário digital dinâmico e intuitivo, que adapta os campos às respostas. Permite o preenchimento completo dos dados socioeconômicos e pessoais.
Upload de documentos	Envio digital dos documentos necessários, eliminando a necessidade de entrega presencial. Aceita formatos como PDF, JPG e PNG.
Checklist de documentos	Verificação automática da documentação antes do envio final. Indica visualmente se há pendências.
Acompanhamento do processo	Acesso em tempo real ao status da inscrição: "Em análise", "Pendente", "Deferido" ou "Indeferido". Histórico completo das inscrições anteriores.
Notificações e alertas	Recebimento de avisos automáticos via SUAP e e-mail sobre: abertura de editais, pendências, prazos e resultados.
Agendamento de atendimento	Ferramenta para marcar, pelo próprio SUAP, atendimentos presenciais ou virtuais com os assistentes sociais. Agenda disponível com horários e confirmação automática.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

FUNCIONALIDADES: ÁREA DO ASSISTENTE SOCIAL



Fonte: Produzido pelos autores (2026)

Para os assistentes sociais, o módulo pode oferecer um painel administrativo completo, que permite uma visão geral dos processos seletivos em andamento, com filtros por campus, curso, série e status da inscrição. A ferramenta de análise socioeconômica possibilitará o acesso direto aos formulários preenchidos e aos documentos enviados pelos estudantes, organizados de forma sistemática e categorizada. Durante a análise, o profissional pode contar com um checklist dos critérios definidos no edital, além de campos para observações e emissão do parecer social. O módulo também pode permitir a gestão eficiente dos documentos, organizando-os por tipo (documentação do estudante, dos responsáveis, comprovantes de renda, etc.), facilitando a verificação e diminuindo significativamente o tempo de análise.

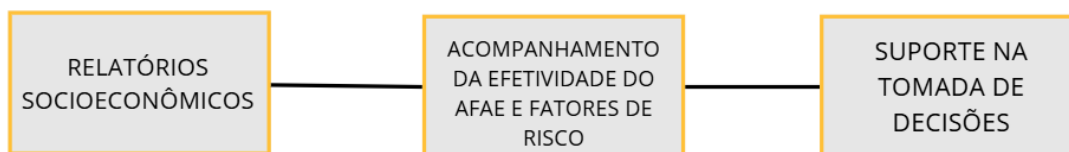
Outra funcionalidade essencial é a geração automática de relatórios, que podem ser exportados em diferentes formatos e trazem informações detalhadas sobre o perfil dos inscritos, os resultados das análises, os dados bancários para encaminhamento ao setor financeiro e outros indicadores relevantes para a gestão.

Além disso, o módulo poderá incluir uma ferramenta de gestão de atendimentos, na qual os estudantes podem agendar, diretamente pelo SUAP, horários de atendimento presencial ou remoto com os profissionais da assistência estudantil, o que organiza a rotina dos servidores e oferece mais previsibilidade para os usuários do serviço.

AÇÃO	FUNCIONALIDADE
Painel administrativo	Visão geral das inscrições por campus, curso, série, status da inscrição (pendente, deferido, indeferido) e perfil socioeconômico.
Análise socioeconômica	Acesso aos formulários e documentos digitalizados. Checklist dos critérios do edital, campos para parecer técnico e observações.
Gestão de documentos	Organização automática dos documentos recebidos, categorizados (documentação do estudante, dos responsáveis, comprovantes de renda, etc.).
Gestão de pendências	Ferramenta para identificar rapidamente inscrições com documentação incompleta ou pendente, com possibilidade de notificação automática aos estudantes.
Geração de relatórios operacionais	Relatórios completos sobre status das inscrições, perfis socioeconômicos, dados bancários, deferimentos e indeferimentos. Exportação para apoiar o setor financeiro e a gestão.
Gestão de atendimentos	Visualização e organização dos agendamentos feitos pelos estudantes. Permite confirmação, cancelamento ou remarcação, com histórico de atendimentos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

FUNCIONALIDADES: ÁREA DA GESTÃO INSTITUCIONAL



Fonte: Produzido pelos autores (2026)

Do ponto de vista da gestão institucional, o módulo poderá fornecer relatórios gerenciais robustos, com dados organizados por campus, curso, série, perfil socioeconômico, raça/cor, gênero, além de permitir análises comparativas entre períodos e geração de dados que subsidiam o planejamento orçamentário e as políticas de permanência.

A possibilidade de organizá-lo a partir desses diferentes filtros pode oferecer à gestão institucional não apenas a fotografia atual da demanda, mas também a possibilidade de realizar análises comparativas e projeções futuras. Essa capacidade de gestão baseada em dados é essencial para decisões relacionadas à alocação de recursos financeiros e à definição de prioridades institucionais.

O módulo também pode contribuir para a transparência institucional e o fortalecimento do controle social, uma vez que permite o monitoramento dos dados de forma clara e organizada, tanto internamente quanto, potencialmente, em relatórios públicos ou apresentados à comunidade escolar, aos conselhos superiores e aos órgãos de controle.

Todas as funcionalidades podem ser integradas aos dados já existentes no SUAP, aproveitando informações cadastrais e acadêmicas do estudante, o que evita a duplicidade de preenchimento e torna o processo mais ágil e menos suscetível a erros. O módulo pode ser concebido considerando princípios de segurança da informação, com controle de acesso restrito às equipes autorizadas e armazenamento seguro dos documentos e de acessibilidade digital, com um design responsivo que permite o uso em computadores, tablets e smartphones, além da utilização de linguagem simples.

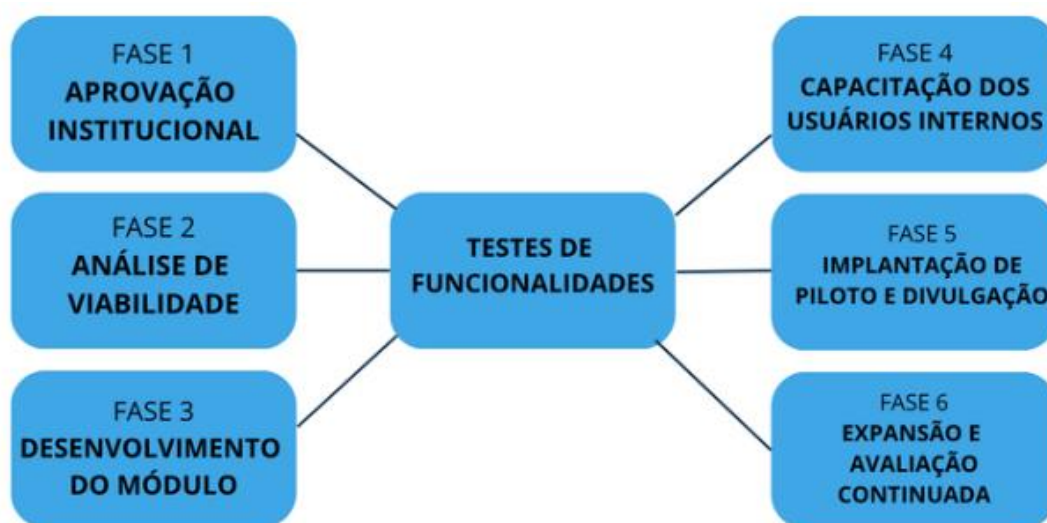
DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DO MÓDULO



Fonte: Canvas (2026)

Para que a proposta aqui desenvolvida possa se transformar futuramente em uma solução efetiva no âmbito institucional, torna-se necessário pensar em como sua implementação poderia se dar no contexto real do Colégio Pedro II. Diante disso, apresenta-se a seguir um plano de implementação hipotético, que tem dupla finalidade: por um lado, serve como um roteiro orientador para uma possível adoção futura do módulo na prática institucional; por outro, funciona como um elemento que confere maior robustez, coerência e aplicabilidade à proposta, mostrando que se trata de uma solução pensada não apenas no plano teórico, mas articulada às condições concretas da instituição.

DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO



Fonte: Produzido pelos autores (2026)

A Fase 1, que corresponde a Aprovação Institucional marca o início do processo, com a apresentação do projeto à Reitoria, à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e aos setores da Assistência Estudantil, com o objetivo de obter a validação conceitual e a autorização formal para o desenvolvimento do módulo.

Na Fase 2, que corresponde a Análise de Viabilidade, a equipe técnica realiza uma avaliação detalhada da infraestrutura disponível, da integração com o SUAP, da segurança da informação e dos recursos necessários, incluindo tempo, equipe e custos de manutenção e operação.

A seguir, tem início a Fase 3 de Desenvolvimento do Módulo, etapa em que são definidas e construídas as funcionalidades do sistema, respeitando a arquitetura do SUAP e as necessidades dos usuários internos. Essa fase pode contar com o apoio de outros institutos federais da Rede Federal que já atua com o SUAP.

As três fases anteriores convergem para o centro do processo, representado pelos Testes de Funcionalidades. Essa etapa é essencial para garantir que o módulo opere de forma segura, integrada e eficiente, testando responsividade, desempenho e correções de eventuais falhas.

A partir dos testes, seguem as ações da Fase 4, de Capacitação dos Usuários Internos, que consistem na formação das equipes da Assistência Estudantil e dos setores

administrativos, além da produção de materiais de apoio como manuais, tutoriais e perguntas frequentes.

Em seguida, a Fase 5, de Implantação de Piloto e Divulgação abrange a aplicação inicial do módulo em um campus ou edital específico, bem como uma campanha institucional de comunicação com a comunidade escolar, utilizando diferentes mídias e recursos acessíveis.

Já a Fase 6, de Expansão e Avaliação Continuada contempla a ampliação do uso do módulo para todos os campi e editais do AFAE, acompanhada por um monitoramento constante, coleta de feedbacks e melhorias contínuas com base em indicadores de desempenho e satisfação dos usuários.

Esse modelo evidencia um ciclo dinâmico e integrado entre planejamento, execução, avaliação e aprimoramento da ferramenta, buscando garantir sua efetividade e aderência às demandas institucionais.

POTENCIAIS RISCOS E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO



Fonte: Canvas (2026)

A proposta de implantação do Módulo de Assistência Estudantil demanda uma análise cuidadosa dos desafios técnicos, organizacionais e culturais que podem surgir durante seu desenvolvimento e adoção. Entre os principais obstáculos estão a necessidade de compatibilização com o SUAP, a garantia de infraestrutura tecnológica adequada, a proteção de dados sensíveis e a sobrecarga das equipes envolvidas,

especialmente em contextos de escassez orçamentária. Soma-se a isso a possível resistência à mudança por parte da comunidade escolar e as dificuldades de acesso enfrentadas por estudantes em situação de vulnerabilidade. Mais do que uma inovação tecnológica, a implantação requer uma transformação institucional baseada em planejamento, diálogo intersetorial, formação das equipes e fortalecimento da cultura de gestão colaborativa e orientada por dados, com o compromisso de tornar os processos mais acessíveis e garantir efetivamente os direitos dos estudantes.

POTENCIAIS BENEFÍCIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO

A implementação do Módulo de Assistência Estudantil no SUAP pode oferecer benefícios significativos ao Colégio Pedro II, indo além da simplificação administrativa. Ao digitalizar e centralizar os processos da Assistência Estudantil, o módulo pode ampliar o acesso às informações, promovendo autonomia, letramento institucional e o desenvolvimento de competências digitais entre os estudantes. Além disso, pode tornar os procedimentos mais claros e acessíveis, combatendo barreiras informacionais que frequentemente excluem os estudantes mais vulneráveis, promovendo práticas mais equitativas de acesso aos auxílios e contribuindo para a permanência e o sucesso escolar.

No âmbito da gestão institucional, o módulo pode se configurar como uma ferramenta estratégica ao permitir o monitoramento qualificado do perfil socioeconômico da comunidade estudantil e dos impactos das ações de assistência. Com dados organizados e acessíveis, é possível aprimorar o planejamento, realizar diagnósticos mais precisos, otimizar a alocação de recursos e fortalecer a argumentação por maiores investimentos na política de permanência.

5. Proposta de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

O QUE É O IVS?



Fonte: Canvas (2026)

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é um instrumento de análise socioeconômica que busca mensurar, por meio de critérios objetivos e pontuáveis, o grau de vulnerabilidade dos estudantes, subsidiando a concessão dos auxílios da Assistência Estudantil de forma mais equitativa. O IVS está estruturado em sete dimensões principais, com base nas perguntas do formulário institucional e apresenta baremas graduais de pontuação, respeitando a diversidade e a complexidade das realidades dos estudantes. Todas as informações fornecidas pelos(as) estudantes e responsáveis deverão ser tratadas com estrito sigilo e confidencialidade. Nenhum dado individual poderá ser divulgado publicamente.

Algumas instituições federais de ensino já utilizam o IVS como expressão quantitativa da análise de variáveis sociais, como é o caso Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB). No IFSC, o IVS é regulamentado por resolução do Conselho Superior, destinando-se aos estudantes com renda familiar per capita de até dois salários mínimos. A solicitação do IVS no IFSC ocorre por meio de editais específicos, com base em análise documental e, quando necessário, em entrevista social. A renda familiar per capita é a única variável obrigatória, enquanto aspectos como composição familiar, condições de trabalho, moradia, saúde, transporte,

origem escolar e participação em programas sociais são considerados variáveis não obrigatórias, mas relevantes para a análise da situação socioeconômica. Destaca-se o papel central do Serviço Social no processo, uma vez que cabe exclusivamente ao assistente social a análise dos agravantes sociais e a emissão de parecer social. Em situações consideradas complexas, como famílias numerosas ou quando os indicadores quantitativos não dão conta da realidade vivenciada, o parecer social pode substituir o IVS, sendo atribuído ao estudante o valor máximo do índice. O IVS no IFSC possui validade de dois anos, podendo ser reavaliado mediante solicitação do estudante ou por iniciativa institucional, caso haja alteração na condição socioeconômica.

No Instituto Federal da Paraíba, o IVS assume uma configuração mais detalhada e fortemente parametrizada. Regulamentado por editais periódicos, o índice é operacionalizado exclusivamente por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e constitui critério essencial de classificação para o acesso aos programas da Política de Assistência Estudantil. No IFPB, o IVS é resultado de uma média ponderada de diversas variáveis, cada uma com peso previamente definido, o que confere maior formalização e padronização ao processo de análise socioeconômica

Entre as variáveis consideradas pelo IFPB estão a renda familiar per capita, que possui o maior peso na fórmula de cálculo, a situação de trabalho e emprego dos membros do grupo familiar, a inscrição e participação em programas de transferência de renda, a composição familiar por faixa etária, a condição e estabilidade da moradia, a situação territorial do domicílio, a distância entre residência e campus, o tipo de transporte utilizado, a mobilidade estudantil, a origem escolar, o grau de instrução do responsável familiar, a existência de doença grave no grupo familiar, a configuração de família monoparental, bem como marcadores sociais como identidade de gênero, pertencimento étnico-racial e vínculo com comunidades tradicionais. Além desses indicadores objetivos, o modelo do IFPB incorpora a chamada Nota Social, atribuída pelo assistente social a partir da análise conjunta de elementos objetivos e subjetivos da realidade do estudante e de sua família, compondo o cálculo final do IVS .

Embora o IFPB também preveja a realização de entrevistas sociais e, em casos específicos, visitas domiciliares, essas estratégias são utilizadas como instrumentos técnicos de aprofundamento da análise, não atribuindo pontuação de forma automática.

Em situações excepcionais, quando a realidade do estudante não é adequadamente contemplada pelas variáveis padronizadas, o assistente social pode elaborar um estudo social cujo parecer substitui o IVS, atribuindo pontuação específica ao estudante. Assim como no IFSC, o IVS no IFPB possui validade de dois anos, com possibilidade de prorrogação e reavaliação em caso de mudança na situação socioeconômica

De forma comparativa, observa-se que o IFSC adota um modelo de IVS mais sintético e flexível, com maior abertura para a análise qualitativa e para a substituição do índice por meio do parecer social, valorizando a autonomia técnica do Serviço Social. Já o IFPB apresenta um modelo mais complexo e normatizado, baseado em uma ampla gama de variáveis, pesos e indicadores explicitamente definidos, o que confere maior padronização e transparência ao processo classificatório. Apesar dessas diferenças, ambos os modelos expressam esforços institucionais de operacionalizar o princípio da equidade no acesso às políticas de assistência estudantil, reconhecendo que a permanência escolar está diretamente relacionada às condições materiais e sociais de vida dos estudantes.

Diante da análise comparativa realizada, observa-se que o modelo de Índice de Vulnerabilidade Social adotado pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB) aproxima-se de forma mais consistente da proposta defendida neste produto. Tal aproximação se deve, sobretudo, à amplitude dos indicadores considerados, à explicitação dos pesos atribuídos às variáveis e à incorporação de dimensões que extrapolam a centralidade exclusiva da renda, contemplando marcadores sociais, trajetórias educacionais, condições territoriais e elementos qualitativos mediados pela atuação do Serviço Social. Esse desenho metodológico permite uma leitura mais complexa e multifacetada da vulnerabilidade social, alinhada à compreensão de que as desigualdades que atravessam a permanência estudantil são produzidas por múltiplas determinações sociais.

Nesse sentido, sem desconsiderar as contribuições do modelo adotado pelo IFSC, entende-se que a experiência do IFPB oferece subsídios mais aderentes aos objetivos desta pesquisa e à construção de um instrumento capaz de captar, de forma mais sensível e sistematizada, as diferentes expressões da vulnerabilidade vivenciada pelos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica no Colégio Pedro II. Assim, na próxima seção, serão detalhados os indicadores que, na perspectiva deste estudo, podem e

devem ser considerados na composição de um Índice de Vulnerabilidade Social, explicitando-se os critérios que orientam essa escolha e sua articulação com a política de Assistência Estudantil.

POSSÍVEIS INDICADORES



Fonte: Canvas (2026)

1. Renda Familiar Per Capita

A renda per capita pode ser alcançada a partir da soma da totalidade dos rendimentos obtidos pelo grupo familiar, incluído o estudante, dividida pelo número de membros que compõem a unidade nuclear.

Pontos que podem ser excluídos do cálculo da Renda Familiar Per Capita:

I – Valores recebidos a título de:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) 1/3 (um terço) de férias;
- c) Auxílios para alimentação e transporte;
- d) Diárias e reembolsos de despesas;
- e) Adiantamentos e antecipações;
- f) Estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- g) Indenizações decorrentes de contratos de seguros;

- h) Indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial;
- i) Parcelas referentes ao seguro-desemprego;
- j) Valores recebidos a título de bolsa de estudos;
- k) Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago à pessoa idosa ou com deficiência;
- l) Valores recebidos a título de salário família.

II – Rendimentos de programas sociais:

- a) Programa Bolsa Família e programas remanescentes unificados;
- b) Programa Auxílio Gás dos Brasileiros;
- c) Auxílio Emergencial e programas de transferência de renda para populações atingidas por desastres (calamidade pública ou emergência);
- d) Demais programas de transferência condicionada de renda estaduais, distritais ou municipais.

III – Auxílios específicos da instituição:

- Auxílios financeiros decorrentes do atendimento pelo Programa da Política de Assistência Estudantil do Colégio Pedro II.

Considerando que o Colégio Pedro II é uma instituição pública de ensino que abrange desde a Educação Infantil e Ensino Fundamental até o Ensino Médio e Superior, a caracterização social dos estudantes (beneficiários ou não da Assistência Estudantil) deve observar a grande diversidade de perfis. Essa pluralidade torna essencial que a coleta de dados e a análise socioeconômica sejam adaptadas às especificidades de cada segmento (como a dependência financeira total nos anos iniciais versus a possibilidade de renda própria no ensino superior/EJA), cabendo as equipes e demais formuladores das Políticas Assistenciais do Colégio pensar quais excepcionalidades cabem ou não cabem no cálculo da renda, considerando, principalmente, a modalidade de ensino e a expectativa de inserção no mundo do trabalho dos discentes, principalmente nos segmentos que envolvem jovens e adultos.

2. Condições de Moradia: Tipo



Fonte: Canvas (2026)

Para fins de análise da vulnerabilidade habitacional e caracterização social do corpo discente do Colégio Pedro II, a situação de moradia do grupo familiar poderá ser classificada conforme as definições a seguir.

- Considera-se Ocupação, Casa de Acolhida ou Abrigo a residência em imóveis sem titulação legal ou o acolhimento em instituições públicas, filantrópicas e de assistência social, indicando alto índice de precariedade ou risco social. A Posse Informal caracteriza-se pela residência em imóvel próprio ou de terceiros que não possua documentação legal de propriedade, como escrituras ou registros formais.
- A modalidade Alugada refere-se ao uso do imóvel mediante pagamento mensal de aluguel ao proprietário, constituindo despesa fixa sobre a renda bruta familiar.
- Já a moradia Cedida configura-se quando o imóvel pertence a terceiros (parentes, amigos ou empregadores) e é utilizado pelo grupo familiar sem o ônus do aluguel.
- No caso de moradia Própria Financiada, o imóvel pertence ao grupo familiar, mas possui parcelas de financiamento habitacional ainda em curso. Já a moradia Própria Quitada define o imóvel de propriedade plena da família, livre de ônus de aquisição ou aluguel.

2.1 Condições de Moradia: Estrutura

Para uma análise integral da realidade social dos estudantes do Colégio Pedro II, a caracterização da moradia deve considerar as condições estruturais e de segurança do imóvel habitado pelo grupo familiar, conforme possível delimitação a seguir:

- Sem moradia permanente (em situação de rua) a condição de extrema vulnerabilidade em que o estudante e/ou seu grupo familiar utilizam logradouros públicos ou áreas degradadas como espaço de pernoite e sobrevivência, de forma temporária ou permanente.
- Consideram-se Moradias em locais com risco as residências situadas em áreas mapeadas ou visivelmente sujeitas a deslizamentos de terra, inundações periódicas ou erosão acentuada do solo, que coloquem em perigo a integridade física dos moradores. No que tange aos materiais construtivos, classificam-se como Moradias precárias as habitações construídas com materiais improvisados ou de baixa durabilidade, como pau a pique, taipa ou madeira de reaproveitamento.
- Define-se como Alvenaria precária a edificação construída com tijolos ou blocos, porém sem a presença de estrutura de concreto armado (colunas e vigas), apresentando acabamento incompleto ou sinais de instabilidade estrutural.

2.2 Condições de Moradia: Saneamento Básico

No âmbito da análise socioeconômica do Colégio Pedro II, as condições de saneamento básico do entorno e da residência do estudante são critérios essenciais para a compreensão de sua vulnerabilidade social, conforme possível delimitação a seguir:

- Define-se como Despejo de esgoto a céu aberto a ausência de rede coletora oficial ou de fossa séptica adequada, resultando no descarte de dejetos diretamente em valas, logradouros ou cursos d'água próximos à moradia, o que configura risco biológico e ambiental.
- Considera-se a situação sem fornecimento de água tratada quando a residência não possui ligação com a rede pública de abastecimento, dependendo exclusivamente de fontes alternativas não monitoradas, como poços artesianos

sem tratamento, minas, captação direta de rios ou fornecimento irregular por carros-pipa.

- Já a condição sem coleta de lixo caracteriza-se pela inexistência de serviço público regular de recolhimento de resíduos sólidos no local de residência, obrigando o grupo familiar ao descarte em terrenos baldios, queima de resíduos ou transporte manual até pontos distantes de coleta.

Tais indicadores permitem ao Colégio Pedro II identificar estudantes residentes em áreas de baixa infraestrutura urbana, independentemente da etapa de ensino em que estejam matriculados.

3. Situação Familiar: Conformação



Fonte: Canvas (2026)

No âmbito da análise da dinâmica familiar do estudante do Colégio Pedro II, as estruturas de convivência e cuidado podem ser definidas conforme os seguintes critérios.

- Considera-se Estudante oriundo de família chefiada por mãe solo aquele cujo núcleo familiar é composto exclusivamente pela figura materna, que detém a responsabilidade integral pelo sustento econômico e pelas decisões de cuidado, sem a presença ou coparticipação de um cônjuge ou companheiro(a) no domicílio.

- Define-se como Estudante órfão de pai e/ou mãe aquele que sofreu a perda de um ou de ambos os genitores, podendo estar sob a guarda de tutores legais ou outros familiares. A situação de Estudante oriundo de família formada por avô/avó caracteriza-se quando a guarda de fato ou de direito, bem como a provisão das necessidades básicas, é exercida pelos ascendentes de segundo grau, independentemente da convivência ou não com os pais biológicos no mesmo teto.
- Já o Estudante com núcleo parental completo refere-se àquele que reside em ambiente compartilhado com as figuras de referência parental, sejam elas biológicas, afetivas ou estendidas (incluindo pai/padrasto, mãe/madrasta, tios/as e avôs/avós), onde a responsabilidade pelo grupo familiar é distribuída entre esses membros.

Tais distinções permitem ao Colégio Pedro II uma compreensão sensível sobre a sobrecarga de cuidado e a estabilidade emocional e financeira do estudante em seu ambiente doméstico.

3.1 Situação Familiar: Condições Adversas

Considerando a complexidade das trajetórias de vida dos estudantes do Colégio Pedro II e a impossibilidade de esgotar todas as nuances da realidade social em indicadores quantitativos, os instrumentos de coleta de dados (formulários socioeconômicos) poderão disponibilizar campos específicos para relatos de condições adversas e riscos sociais. Estes espaços destinam-se à descrição de situações de vulnerabilidade que não tenham sido contempladas ou detalhadas nas questões objetivas do edital. Tais relatos permitem que o estudante ou seu responsável legal apresentem particularidades sobre a dinâmica familiar, contextos de saúde, inseguranças jurídicas ou sociais que impactem diretamente a permanência escolar. As informações registradas nestes campos complementares serão tratadas sob estrito sigilo profissional pela equipe de Serviço Social e pela Central de Assistência Estudantil, servindo como subsídio fundamental para a análise qualitativa e para o encaminhamento do estudante às redes de proteção e apoio institucional, independentemente do seu nível de ensino.

Os formulários de inscrição poderão conter campos específicos destinados a relatos de condições adversas e riscos sociais nas seguintes situações:

- Relato de violência doméstica, compreendendo que a existência de dinâmicas de violência física, psicológica, sexual ou patrimonial no ambiente de convivência do estudante, independentemente de haver registro policial ou judicial, visando identificar contextos de violação de direitos que demandem suporte institucional. A condição de Membro familiar do núcleo parental imediato em privação de liberdade refere-se à situação em que pais ou responsáveis diretos encontram-se no sistema prisional, impactando a estrutura emocional e a organização cotidiana da família.
- Situação de despejo ou calamidade pública recente quando o grupo familiar enfrentou a perda forçada de sua moradia ou foi atingido por desastres naturais e eventos climáticos graves que desestruturaram o ambiente doméstico em curto período de tempo.
- Além disso, pode conter espaço para relatos sobre uso abusivo de álcool e drogas no domicílio, abrangendo a convivência com familiares que apresentam dependência química ou uso nocivo de substâncias, fator que frequentemente fragiliza os vínculos afetivos e a estabilidade financeira necessária para a permanência estudantil.

4. Saúde e deficiência



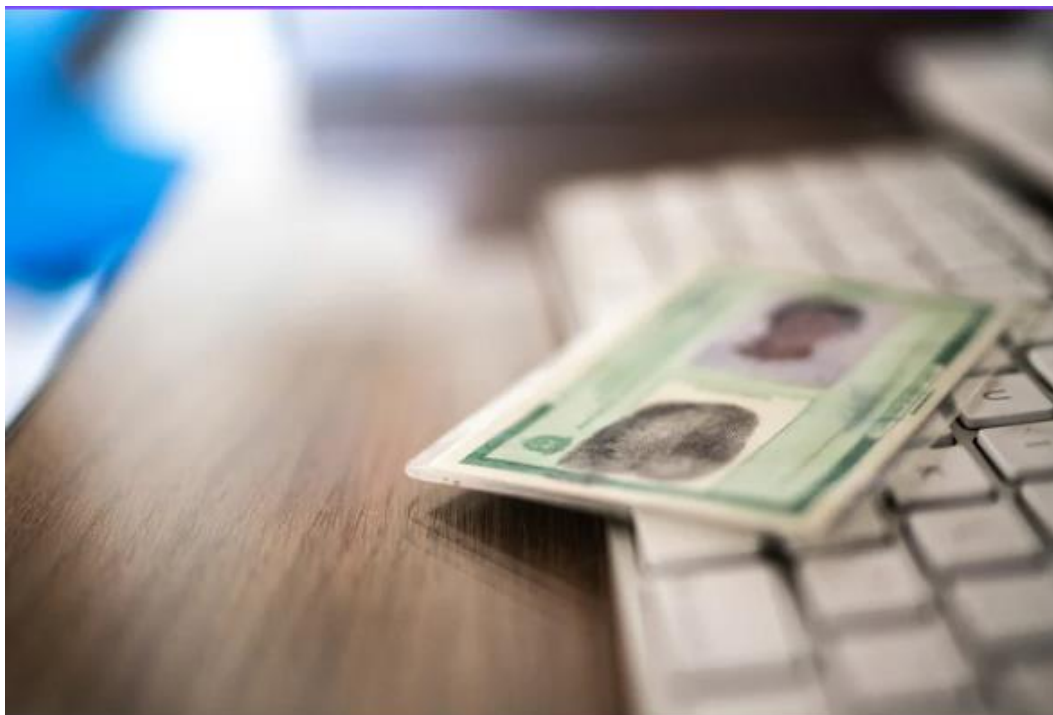
Fonte: Canvas (2026)

Para fins de análise da vulnerabilidade e adequação das ações de assistência estudantil no Colégio Pedro II, as condições de saúde do estudante e de seu grupo familiar podem ser categorizadas conforme a complexidade do cuidado e o impacto na rotina acadêmica.

- Define-se como Estudante com deficiência ou doença grave aquele que apresenta impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, ou que possua diagnóstico de patologia crônica que exija tratamento continuado, devendo tal condição ser formalmente atestada por parecer ou laudo médico especializado.
- A caracterização estende-se ao Estudante com familiar do núcleo parental imediato com deficiência ou doença grave, reconhecendo que a presença de enfermidades complexas ou deficiências em membros do domicílio demanda dedicação de tempo e recursos financeiros do grupo familiar, o que pode restringir o suporte disponível ao estudante.
- Pode-se considerar o Estudante neurodivergente ou com transtorno de aprendizagem aquele que possui diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento, tais como Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH, dislexia, entre outros.

A identificação desses perfis é essencial para que o Colégio Pedro II promova a articulação entre o suporte financeiro e o apoio pedagógico específico.

5. Identidade Étnico-Racial e de Gênero



Fonte: Canvas (2026)

O IVS pode e deve considerar os marcadores sociais de identidade como componentes inseparáveis das situações de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, podem ser consideradas as seguintes delimitações:

- Estudante autodeclarado preto, pardo ou indígena, fundamentando esta análise no reconhecimento do racismo estrutural como fator histórico de exclusão e precarização das condições de vida. A identificação étnico-racial é essencial para o desenvolvimento de ações que mitiguem as disparidades socioeconômicas e promovam a justiça social dentro do ambiente acadêmico.
- Adicionalmente, define-se como Estudante autodeclarado transexual ou travesti aquele cuja identidade de gênero diverge do sexo atribuído no nascimento. Esta caracterização justifica-se pela necessidade de enfrentar a transfobia e a exclusão sistemática que frequentemente resultam em evasão escolar e fragilização dos vínculos familiares e sociais.

6. Escolarização e Trajetória Educacional



Fonte: Canvas (2026)

A análise da trajetória escolar do estudante é um indicador fundamental e que faz parte da proposta do IVS, pois permite identificar o histórico de acesso ao sistema de ensino e a dependência de políticas públicas ao longo da vida acadêmica. Dessa forma, para efeitos do IVS, é possível trabalhar com as seguintes classificações:

- Estudante com trajetória escolar integral em instituições públicas aquele que frequentou exclusivamente estabelecimentos de ensino mantidos pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios. Essa condição evidencia uma trajetória vinculada à rede pública de proteção e ensino, justificando a priorização do suporte institucional para garantir a continuidade dos estudos em uma instituição federal.
- Considera-se o Estudante com trajetória escolar parcial em instituições públicas aquele que, em algum momento de sua formação básica, cursou períodos em estabelecimentos de ensino da rede privada, independentemente da duração ou do motivo dessa transição. Esta diferenciação é necessária para compreender as oscilações no percurso educativo e o nível de exposição do estudante a diferentes contextos de infraestrutura e suporte pedagógico.

- O registro do Estudante que realizou parcial ou totalmente sua trajetória escolar em instituições privadas de ensino completa o mapeamento do perfil de origem do corpo discente.

7. Transporte e Acesso à Escola: Tempo de Deslocamento



Fonte: Canvas (2026)

A análise das condições de transporte pode identificar fatores que oneram o orçamento familiar ou dificultam o acesso físico às unidades escolares. Para fins de IVS, pode-se considerar as seguintes classificações:

- Estudante sem acesso ao passe livre escolar: situação causada por questões burocráticas, como residência fora do município ou outras limitações de acesso ao benefício da gratuidade, fazendo com que não usufrua do transporte público gratuito. Essa situação representa um risco imediato à permanência, uma vez que o custo do deslocamento diário passa a ser integralmente suportado pela renda familiar, muitas vezes tornando-se proibitivo.
- Adicionalmente, define-se a situação em que o Responsável precisa pagar passagem ou contratar serviço de transporte quando, mesmo havendo gratuidade parcial para o estudante, a dinâmica familiar exige o acompanhamento de um responsável (especialmente nos segmentos da

Educação Infantil e Ensino Fundamental) que não goza de isenção tarifária, ou quando a localização da residência e o tempo de deslocamento demandam o uso de transporte escolar particular ou alternativo para garantir a segurança e a pontualidade do aluno.

- Já o Estudante sem dificuldades de acesso é aquele que reside em áreas de fácil deslocamento a pé, ou que possui acesso pleno e facilitado aos sistemas de gratuidade existentes, sem que o trajeto entre a residência e o *campus* gere impacto financeiro relevante ou riscos à integridade física.

A diferenciação desses perfis pode permitir ao Colégio Pedro II articular políticas de auxílio-transporte de forma planejada, garantindo que a distância geográfica não se torne um fator de evasão escolar.

8. Outros critérios a serem considerados



Fonte: Canvas (2026)

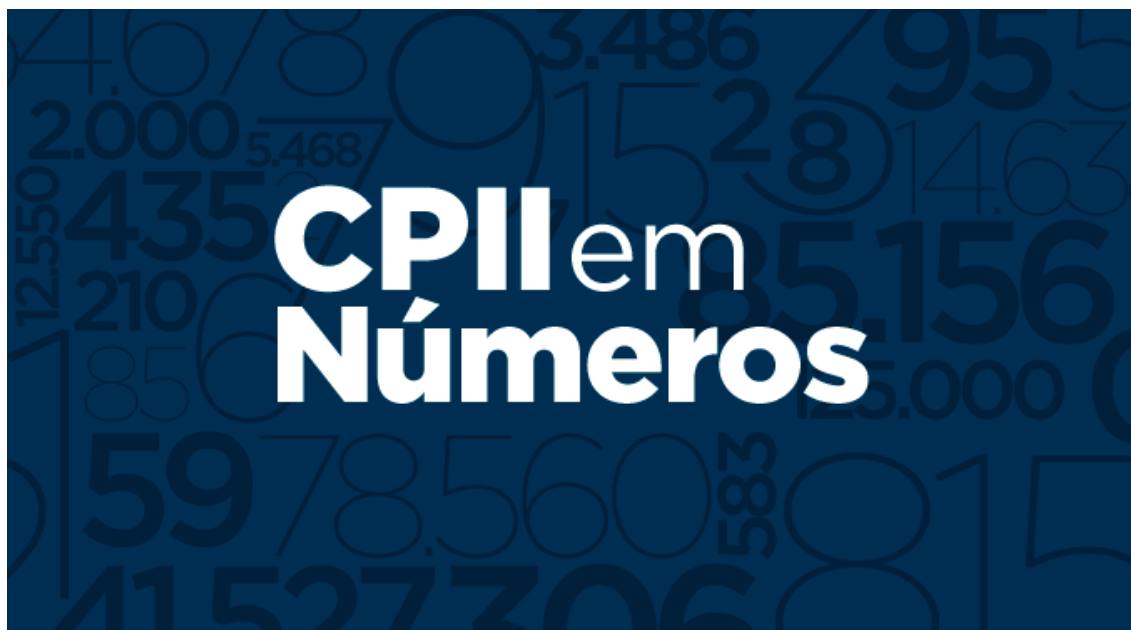
Indicadores complementares podem contribuir na construção do IVS, de modo a estabelecer uma análise multidimensional da realidade do estudante, observando fatores que potencializam ou mitigam os riscos sociais. Aspectos relevantes nessa análise devem considerar os seguintes casos:

- Estudantes que recebem benefício social (como Bolsa Família, BPC e outros) como alguém previamente identificado pela rede de proteção social do Estado em situação de vulnerabilidade econômica, o que reforça a urgência do suporte institucional para a manutenção de seus estudos.
- De forma semelhante, o critério de Residir em área com alta exposição à violência urbana é fundamental para identificar estudantes submetidos a contextos de insegurança pública, fator que comprovadamente gera impactos na saúde mental, na frequência escolar e na segurança dos deslocamentos, principalmente na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.
- No que tange aos recursos de aprendizagem, a situação do estudante que não possui acesso à internet na residência caracteriza uma forma de exclusão digital que prejudica a equidade no desempenho das atividades escolares e o acesso às informações acadêmicas.
- No âmbito da organização financeira, a identificação do Estudante que recebe pensão alimentícia possibilita uma leitura mais detalhada da composição da renda e dos arranjos de sustento do núcleo familiar.
- Deve ser considerado o estudante que realiza atividades no contraturno, tais como monitorias, iniciação científica ou projetos de extensão e cultura. Este indicador reconhece que a dedicação ampliada ao ambiente escolar gera demandas extras de logística e alimentação, exigindo que a Assistência Estudantil atue para viabilizar o pleno aproveitamento das oportunidades formativas oferecidas pelo Colégio Pedro II em todos os seus segmentos.

6. Proposta de aprimoramento da Plataforma CPII em Números

direito. Ao ampliar os mecanismos de visibilidade, a instituição fortalece sua responsabilidade pública, combate a desinformação, amplia o controle social e oferece ferramentas concretas para o aprimoramento de sua política de permanência.

INDICADORES SUGERIDOS



Fonte: Colégio Pedro II (2026)

a) Indicadores de permanência e cobertura

- Total de estudantes atendidos por edição do AFAE;
- Percentual de estudantes atendidos em relação ao total de matriculados;
- Tempo médio de permanência de estudantes beneficiados pelo AFAE;
- Taxa de renovação de auxílios por estudante (reconcessões sucessivas).

b) Indicadores de impacto educacional

- Correlação entre o recebimento do AFAE e a frequência escolar;
- Correlação entre o recebimento do AFAE e o rendimento acadêmico (média global e aprovação);
- Dados comparativos entre estudantes beneficiados e não beneficiados.

c) Indicadores de avaliação da política

- Resultados sistematizados de avaliações aplicadas à comunidade discente sobre os auxílios;

- Satisfação dos(as) estudantes com o processo seletivo, o valor e os efeitos do auxílio;
- Avaliação de barreiras no acesso à informação, documentação e acompanhamento;
- Análise das desigualdades percebidas no acesso à política (por modalidade, curso, identidade etc).

POSSÍVES IMPACTOS DA DESEGREGAÇÃO DOS INDICADORES

- Maior transparência e credibilidade institucional perante a comunidade escolar e os órgãos de controle;
- Subsídios qualificados para gestores e conselhos locais em decisões orçamentárias e pedagógicas;
- Monitoramento mais apurado das desigualdades socioeducacionais dentro do Colégio;
- Integração entre gestão administrativa e gestão social, por meio de dados acessíveis e interpretáveis.

FUNCIONALIDADES QUE PODEM SER ADICIONADAS À PLATAFORMA

- Interface pública com visualização interativa de dados, com filtros (ano, campus, série, grupo social);
- Exportação dos dados em formatos abertos (CSV, XLS, PDF);
- Painéis comparativos e gráficos temporais para análise longitudinal;
- Seção específica voltada à Assistência Estudantil na EPT, com foco nas peculiaridades dos cursos técnicos integrados, subsequentes e PROEJA;
- Atualizações semestrais automáticas a partir da integração com o módulo de Assistência Estudantil no SUAP;

RESULTADOS ESPERADOS

A ampliação e o refinamento dos dados disponibilizados na plataforma “CPII em Números” tendem a produzir impactos significativos sobretudo na qualificação da prática profissional dos trabalhadores da Assistência Estudantil. Ao oferecer informações mais detalhadas, organizadas e comparáveis ao longo do tempo, a instituição cria condições objetivas para que a política de permanência seja analisada de forma mais rigorosa, crítica e fundamentada, superando leituras pontuais ou exclusivamente descritivas.

Do ponto de vista da prática profissional, especialmente dos servidores do Setor de Assistência Estudantil, a organização e a publicização de dados mais detalhados contribuem para a sistematização das experiências cotidianas de trabalho, permitindo que a intervenção deixe de ser percebida apenas como resposta a demandas individuais e passe a ser compreendida como ação inserida em processos sociais mais amplos. Os dados podem subsidiar reflexões sobre os critérios de elegibilidade, a focalização dos auxílios, as demandas mais recorrentes por modalidade de ensino e os limites estruturais enfrentados pelos estudantes, fortalecendo a capacidade analítica e propositiva dos profissionais.

Além disso, a existência de indicadores consolidados favorece a produção de relatórios técnicos, pareceres institucionais e diagnósticos sociais mais consistentes, contribuindo para o planejamento das ações, além de conferir ao Colégio maior capacidade de articulação e convencimento por recomposição orçamentária em linha com suas especificidades. Para os profissionais da Assistência Estudantil, esses dados podem funcionar como instrumento de mediação entre a dimensão individual do atendimento e a dimensão coletiva da política pública, permitindo transformar demandas recorrentes em evidências que fundamentem reivindicações institucionais, ajustes normativos e ampliação de programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Produto Educacional marca o encerramento de um ciclo de pesquisa no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), mas, acima de tudo, busca ser um ponto de partida concreto e debatível para o aprimoramento da Política de Assistência Estudantil do Colégio Pedro II. As quatro propostas centrais, que se materializam em diretrizes de acolhimento, sistematização via Módulo SUAP, criação do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e ampliação da transparência de dados nasceram de uma análise detalhada dos principais “gargalos” da Política de Assistência Estudantil na instituição. É crucial sublinhar que estas propostas não se esgotam em si mesmas. Elas representam um subsídio técnico e um *ponto de partida robusto* para a melhoria contínua. A intenção é que estas ações se somem e qualifiquem os esforços que a instituição já vem realizando, potencializando o que já está em andamento, em vez de substituir.

Neste sentido, o sucesso de qualquer projeto depende da sua apropriação coletiva. A validação e o detalhamento dessas diretrizes, sejam elas sobre o cálculo do IVS, a funcionalidade do SUAP ou as práticas de acolhimento, precisam passar pelo crivo de toda a comunidade escolar. São os alunos, responsáveis e servidores que devem conduzir este debate, encontrando eco nos fóruns e conselhos institucionais, onde a gestão democrática se materializa. O desafio da implementação exige vontade política, recursos e o desenvolvimento de capacidades técnicas. Um caminho fundamental nesse processo é que o Colégio Pedro II se reconheça como parte integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), promovendo ativamente a troca de experiências e a cooperação técnica com os diversos Institutos Federais (IFs) espalhados pelo país. A Assistência Estudantil na Rede Federal possui um arcabouço sólido de práticas inovadoras que devem ser estudadas, adaptadas e replicadas no CPII. Essa integração é fundamental para garantir que a Assistência Estudantil do CPII seja, de fato, um direito efetivo e um instrumento contínuo de justiça social, capaz de reduzir as barreiras de permanência que tanto afligem nossos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fábio; VILLAR, Daniel; RÉGIS, Victor; CORDEIRO, Matheus. **Assistência Estudantil – Tutorial do aluno**. João Pessoa: Instituto Federal da Paraíba, maio 2018. 43 p. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/ti/catalogo-de-servicos-de-ti/sistemas-para-a-administracao/suap/modulo-assistencia-estudantil/documentos/assistencia-estudantil-tutorial-do-aluno.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

ANDRADE Pereira, Cinthia de; BUENO, Sheila Conceição Silva. **Assistência estudantil e serviço social no Colégio Pedro II: o auxílio financeiro como potencial instrumento e seus entraves**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, 18., 2024, João Pessoa. Anais ABEPSS, 2024.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019a.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, p. 6377, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234/2010, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 15 dez. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012**. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera leis anteriores; revoga dispositivos; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, p. 2, 26 jun. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12677.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e estabelece reserva de vagas para estudantes egressos do ensino público e para negros,

índios e pessoas com deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.614, de 27 de junho de 2024.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Tramita no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados), idProposicao 2443764. Disponível em: Câmara dos Deputados. Acesso em: 29 jun. 2025.

CASTRO, Regina Celi Alvarenga de Moura; TRINDADE, Josiney da Silva; OLIVEIRA, Adryelle Ferreira de. **Assistência estudantil na educação superior: de programa de Estado a política de Estado.** Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 15216–15239, 2024.

CARVALHO, Isis Pontes Villa de. **O trabalho do assistente social no âmbito da assistência estudantil do Colégio Pedro II: limites e possibilidades de atuação.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **Código de Ética Discente de 1989.** Disponível em: https://www.cp2.g12.br/ocolegio/etica/CODIGO_DE_ETICA.pdf. Acesso em 6 abr. de 2025

COLÉGIO PEDRO II. **Resolução nº 121, de 9 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do Colégio Pedro II. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/AGOSTO/RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%20121,%20DE%209%20DE%20AGOSTO%20DE%202018.pdf>. Acesso em 15 dez de 2024.

CORREIA, Thiago Renan da Silva. **Aplicação do modelo de aceitação tecnológica (TAM): análise da aceitação e uso do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) no Instituto Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, 2017.

DUMARESQ, Zandra Maria Ribeiro Mendes. **Análise da política de assistência estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará – campus de Fortaleza – sob o olhar dos discentes**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Ceará, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8995>. Acesso em: 1 mar. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Edital nº 23/2025 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)**. Estabelece critérios e procedimentos para solicitação, análise e reanálise do Índice de Vulnerabilidade Social no âmbito da Política de Assistência Estudantil. Cabedelo: IFPB, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Resolução CONSUP nº 42, de 19 de dezembro de 2017**. Aprova, *ad referendum*, critérios e procedimentos para a realização da análise que gera o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Florianópolis: IFSC, 2017.

PINTO, Jaqueline Carneiro; RIGONI, Ana Carolina Rigoni Carmo. **Guia de sugestões para customização do módulo de assistência estudantil na plataforma SUAP**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2025.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Porto Alegre, 2012.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. **Na travessia: assistência estudantil na educação profissional - as interfaces das políticas de assistência social e educação**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23610>. Acesso em: 1 mar. 2025.